

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ– UESPI

JOÃO VICTOR PIRES CAVALCANTE

**DESAFIOS DOCENTES FRENTE À DIVERSIDADE SEXUAL
E O ENSINO DE LÍNGUA INGLESA**

TERESINA – PI

2022

JOÃO VICTOR PIRES CAVALCANTE

**DESAFIOS DOCENTES FRENTE À DIVERSIDADE SEXUAL
E O ENSINO DE LÍNGUA INGLESA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Licenciatura Plena em Letras – Inglês da
Universidade Estadual do Piauí como requisito
parcial à conclusão do curso, sob a orientação do
Prof. Esp. Mário Eduardo Pinheiro

TERESINA – PI

2022

BANCA EXAMINADORA

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova o Trabalho de Conclusão de
Curso
em ____ / ____ / ____.

**DESAFIOS DOCENTES FRENTE À DIVERSIDADE SEXUAL
E O ENSINO DE LÍNGUA INGLESA**

Elaborado por

João Victor Pires Cavalcante

Como requisito para obtenção do título de
Licenciado em Letras/Inglês

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof Esp. Mário Eduardo Pinheiro - CCHL/UESPI
Presidente

Prof..... CCHL /UESPI
Membro

Prof.CCHL/UESPI
Membro

Aos meus professores, por todo apoio,
força e inspiração ao longo desses anos
nessa caminhada em busca de
qualificação e aperfeiçoamento pessoal e
profissional.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por me dar forças e iluminar meu caminho, de tal modo que as escolhas feitas sejam sempre as melhores;

À minha família que sempre me incentivaram a realizar esta graduação e que nunca permitiram que eu desistisse;

Aos meus amigos, por todo suporte e incentivos;

À UESPI e a todos meus professores do curso de Licenciatura plena em Letras/Inglês em especial, que por todos esses anos estiveram lá, compartilhando todo ensinamento que me transformaram no que em quem eu sou hoje;

Ao meu Orientador, Prof. Esp. Mário Eduardo Pinheiro, pelo tempo que lhe coube, pelas suas correções e por me acompanhar até aqui;

À Professora Dra. Márlia Riedel, por todas as chances, incentivos e por não desacreditar em mim;

A todos que, de alguma forma, me ajudaram a chegar até aqui, o meu muito obrigado!

RESUMO

Ao longo da história, constata-se que questionamentos envolvendo gênero, raça e sexualidade ainda apresentam caráter polêmico em decorrência do grau de complexidade, emergindo a necessidade de tratar esses temas oportunizando uma reflexão e desconstrução das regras sobrepostas para as identidades de gênero, de raça e de sexualidade, colaborando para a construção de uma sociedade inclusiva, acolhedora e democrática. Neste contexto, verifica-se que, emergem muitos desafios à sociedade contemporânea envolvendo o sistema de ensino, haja vista que, a sociedade se transforma e com ela vão surgindo novas necessidades, onde a língua inglesa é atingida por esse novo cenário. Este estudo teve, como objetivo, refletir sobre os desafios docentes frente à diversidade sexual e o ensino de Língua Inglesa. A metodologia utilizada acerca de revisão bibliográfica foi pautada em teóricos como Butler (2010), Silva (2020), Foucault, Tyson, Ferreira e Sene (2018), Fonseca e Sant'Anna (2020), Ribeiro Filho (2018), Alves (2015), Diniz (2018), Lima (2020). A ausência de políticas públicas e educacionais voltadas à comunidade LGBT desencadeiam o crescimento acelerado de práticas discriminatórias, sendo que, a teoria *queer* utilizada em sala de aula de língua inglesa propicia a problematização e desconstrução da prática docente, oportunizando um ambiente mais humanizado e igualitário independentemente da orientação sexual.

Palavras-chave: Diversidade sexual; Ensino de Língua Inglesa; Desafios.

ABSTRACT

Throughout history, it's verified that questions involving gender, race and sexuality still have a controversial nature due to the level of complexity emerging the need to address these topics providing an opportunity for reflection and deconstruction of overlapping rules for gender, race and sexuality identities, collaborating to build an inclusive, welcoming and democratic society. Based on this, it turns out that many challenges to contemporary society emerge, implying the education system, considering that the society transforms itself and with it new needs show up where the English language is affected by this new scenario. This study purpose was to reflect on the teaching challenges facing sexual diversity and English teaching. The methodology used for the literature review was based on theoreticians such as Butler (2010), Silva (2020), Foucault (2005), Ferreira and Sene (2018), Fonseca Sant'Anna (2020), Ribeiro Filho (2018), Alves (2015), Diniz (2018), Lima (2020). The lack of public and educational politics to LGBTQIA+ cause the accelerated growth of discriminatory practices, whereas the Queer theory used in English classes provide the problematization and deconstruction of teaching practice, providing a more humanized and egalitarian environment, regardless of sexual orientation.

Key-words: Sexual diversity; English teaching; Challenge.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 CONTEXTUALIZAÇÃO ACERCA DOS MOVIMENTOS LGBT	11
3 IDENTIDADE E GÊNERO NOS PCN DE LÍNGUA INGLESA.....	22
4 METODOLOGIA	28
5 PRÁTICA DOCENTE DE LÍNGUA INGLESA	29
5.1 Identidade, Gênero e Inclusão.....	30
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	38

1 INTRODUÇÃO

Ao longo da história, constata-se que questionamentos envolvendo gênero, raça e sexualidade ainda apresentam caráter polêmico em decorrência do grau de complexidade que circundam estes temas. No cenário brasileiro, por exemplo, são tratadas através de estereótipos por algumas pessoas, e conseqüentemente estes adentram o contexto educacional (SILVA, 2020, p.387).

A escola pode ser reflexo de uma cultura social; surge portanto a necessidade de estudar esses temas e oportunizar uma reflexão e desconstrução das regras sociais sobrepostas para as identidades de gênero, de raça e de sexualidade, contribuindo assim para o desenvolvimento de uma sociedade mais inclusiva, e uma escola mais acolhedora e democrática, onde estas sejam locais de respeito e empatia diante das diferenças concebendo-as também como fonte de enriquecimento social, e não como a causa de sofrimento, de violência e de exclusão (SILVA, 2020, p.391).

Desconstruir os estereótipos de gênero, em relação a binariedade e os padrões impostos referentes a comportamentos tidos como feminino e masculino, depende de uma visão empática e voltada para os debates que permeiam as novas gerações e seria na escola o espaço para esta educação no cotidiano. Portanto, é possível enquadrar determinadas ações como realidades “conservadoras”? Seriam as escolas limitadas e controladoras? Considerar as distâncias entre o movimento teórico que dinamiza pensamentos, percepções da realidade na escola e até no âmbito universitário e no dia a dia das instituições que operam a formação de valores sociais é o foco deste trabalho.

Conforme Santos (2017, p.52), o ingresso e a permanência em uma Universidade nem sempre configura um processo simples, principalmente, para aqueles que já vêm de uma situação de Vulnerabilidade social, como a população LGBTQIAP+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais), em decorrência de não estarem de acordo com padrões normativos de uma sociedade heteronormativa, onde os desafios são muitos.

Segundo Butler (2010, p.68), verifica-se que as sexualidades que não acompanham o padrão binário homem/ mulher, macho/fêmea, que em suma, são definidas como homossexualidades, não são plenamente aceitas e tratadas com naturalidade; suprimindo a multiplicidade subversiva de uma sexualidade que rompe

as hegemonias heterossexual, reprodutiva e médico-jurídica; sendo que, a homofobia apresenta implicações sociais, psicológicas e até físicas que podem interferir na construção da identidade de cada indivíduo.

Assim, surgem os movimentos sociais LGBTQIAP+, os quais têm como objetivos, a luta por respeito e igualdade, onde buscam reivindicar os direitos da sua população, para que cada letra dessa sigla se sinta contemplada (BORTOLETTO, 2019, p.21).

Neste contexto, verifica-se que, emergem muitos desafios à sociedade contemporânea envolvendo o sistema de ensino. Esta é uma pesquisa bibliográfica feita com intuito de revelar os desafios docentes frente a diversidade sexual e o ensino da língua inglesa. O estudo apresenta como temática “Desafios docentes frente à diversidade sexual e o ensino de Língua Inglesa”, o qual tem como objetivo refletir sobre a prática pedagógica desenvolvida no contexto educacional e buscar atender de forma igualitária a todos independente de sua sexualidade e gênero.

Constata-se ainda, a necessidade de trabalhar e refletir sobre as questões de gênero e sexualidade no ambiente acadêmico com o intuito de problematizar a possível negação do debate em relação aos conceitos que se referem a gênero, bem como contribuir para que o professor possa encontrar nesta pesquisa reflexões e formas de trabalhar este campo do conhecimento em sala de aula.

Diante disso, propôs-se a seguinte pergunta norteadora: Quais os desafios docentes frente à diversidade sexual e o ensino de Língua Inglesa?

Como hipótese do estudo, acredita-se que uma prática pedagógica inclusiva através do ensino de língua pode ser concebido como uma importante ferramenta para a prática social inclusiva.

Este estudo teve, como objetivo geral, refletir sobre as práticas pedagógicas, que revelam os processos de ensino e aprendizagem e os desafios docentes frente à diversidade sexual e o ensino de Língua Inglesa.

O trabalho apresentado consiste no desenvolvimento de um estudo bibliográfico sobre o tema escolhido baseado no referencial teórico indexado por meio de uma revisão narrativa (MINAYO, 2007, p.23).

Realizou-se a leitura de artigos científicos, monografias, endereços eletrônicos e legislação específica. A pesquisa realizada por meio eletrônico, foi feita através de consulta de artigos científicos, teses e dissertações veiculados nacionalmente e internacionalmente na base de dados do SciELO para criar um

repertório teórico que desse base de sustentação para a problemática do trabalho, fundamentando-se em autores como Butler (2010), Silva (2020), Foucault, Tyson, Ferreira e Sene (2018), Fonseca e Sant'Anna (2020), Ribeiro Filho (2018), Alves (2015), Diniz (2018), Lima (2020), entre outros que propiciam um diálogo com este tema.

Após as pesquisas nas bases citadas foram identificados 106 títulos que, após a filtragem, resultaram em 21 publicações utilizadas na pesquisa. Os descritores utilizados foram: Diversidade sexual; Ensino de Língua Inglesa; Desafios.

A produção do trabalho foi dividida em: (1) – pesquisa e seleção dos artigos, (2) – após a seleção de artigos, foi feita uma leitura superficial do material obtido, para selecionar o que era de interesse para a pesquisa, (3) – em seguida foi realizada a organização dos dados para formulação do referencial. (4) – depois realizou-se uma leitura mais minuciosa desses dados, a fim de não serem perdidos aspectos importantes para o enriquecimento do estudo, (5) – por fim, houve criação do referencial.

2 SOBRE O MOVIMENTO LGBTQIA+

Observa-se que, durante as últimas cinco décadas do século XX, inúmeros acontecimentos promoveram uma maior visibilidade de questões relacionadas a sexualidade, em especial no Ocidente. Diversos movimentos sociais (sexuais, raciais, étnicos, ecológicos, religiosos, de gênero, de nacionalidade), ao buscarem afirmar a própria voz, contribuíram (e contribuem) para evidenciar a existência de distintas políticas de identidade no campo da cultura (FURLANI, 2008, p.67).

Sendo assim, temas como gênero e sexualidade ainda são considerados tabus, e quando tratados na sala de aula de escolas ou cursos de idiomas, podem gerar conflitos e tensões entre professores, alunos e gestores. Entretanto, não se observa nenhum movimento incisivo, nessa direção, advindo dos órgãos federais de educação, como o Ministério da Educação para diminuir estes possíveis conflitos que possam vir a ocorrer (PAULINO, 2018, p.07).

Constata-se que, quem mais sofre nestes possíveis embates são os alunos que venham a assumir a sua sexualidade publicamente. A eles cabe lidar com a discriminação, a violência e a homofobia. Por conta disso, esses alunos tentam dissimular, camuflar ou omitir suas experiências e sua identidade.

Segundo afirma Moreira (2010, p.132), a temática da identidade é atual e extremamente relevante em função de ter se tornado objeto de estudo para a teoria social e principalmente para as teorias da educação.

Com isso, fica claro que a identidade é construída socialmente pôr meio das interações que são obtidas pôr toda a vivência do indivíduo, mas sendo mais decisiva na adolescência no processo de entrada em grupos, onde haja indivíduos que se assemelhem com aquele jovem. A adesão dos jovens em grupos são definidores para o entendimento desse processo de construção da personalidade.

O conceito de gênero chega no cenário brasileiro no final dos anos 1980, com a marca da instabilidade e da vitalidade, formulação de Louro (2011) para o entendimento de sua característica fundante: ser uma categoria teórica que contém uma dupla dimensão: histórica e analítica, ou seja, sofre questionamentos e autocríticas, deslocamentos, redimensionamentos e sínteses em face das interpelações por estarem assentadas em terreno movediço. Nada a ver com imprecisão conceitual. A volatilidade do conceito pode ser explicada no contexto das

formações sociais dadas. Isto é, tem existência real, concreta e material no conjunto das relações sociais experimentadas direta e imediatamente pelos sujeitos

Conceitualmente, gênero constitui uma categoria histórico-analítica reconhecida pelo seu potencial heurístico para o estudo de numerosos processos sociais, não se constitui um campo específico de estudos e potencializa a apreensão da complexidade das relações sociais em nível mais abstrato (ALMEIDA, 2018, p.32); sendo assim, numa visão holística, torna-se inadmissível a cisão dos planos societal e interpessoal.

Outro conceito de gênero é apresentado por Auad (2011, p. 21):

O gênero – como um conjunto de ideias e representações sobre o masculino e sobre o feminino – cria uma determinada percepção sobre o sexo anatômico. E, então, ter pênis ou ter vagina, ser menina, homem, mulher ou menino determina quais serão as informações utilizadas para organizar os sujeitos em uma desigual (e irreal!) escala de valores.

Uma advertência necessária: gênero não é o mesmo que sexo. Sexo diz respeito à identidade biológica em função da genitália, o que pode ser alterado. Gênero diz respeito à construção social do ser homem e do ser mulher, ou da masculinidade e da feminilidade. Por entender as pessoas desta forma, a cultura acaba impondo certas práticas em relação do que seria ser homem ou mulher.

Butler (2010, p.64), ao discutir a heteronormatividade, afirma a existência de uma vigorosa descontinuidade entre sexo, gênero, exercício da sexualidade e desejo em vista da identificação das normas de inteligibilidade socialmente instituídas e mantidas.

Neste sentido para que este conceito tenha sido formulado existe um processo histórico e social que torna isto possível e não pode ser negligenciado. O pano de fundo histórico é importante e necessário para os estudos das pautas de gênero, pois ao ser constituído como uma construção social, é indispensável que haja uma observação de como se dá a evolução deste conceito e dos papéis de gênero no passar dos tempos até a atualidade.

Segundo Scott (1995) ao discursar sobre gênero, ela afirma:

[...] é utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. Seu uso rejeita explicitamente explicações biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum, para diversas formas de subordinação feminina, nos fatos de que as mulheres têm a capacidade para dar à luz e de que os homens têm uma força muscular superior. Em vez disso, o termo "gênero"

torna-se uma forma de indicar "construções culturais" - a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres (SCOTT, 1995, p.75).

Em vista disso, vemos então a fundamental importância do movimento feminista e sua luta para origem da concepção e concretização da teoria de gênero e dos estudos das mulheres.

Por outro lado, Louro (2007, p.23) constata que a designação habitual de gênero não faz menção ao se deter na relação dicotômica entre macho e fêmea vislumbrada desde o momento do nascimento, por meio da construção identitária caracterizada por questões histórico-culturais.

Nesse sentido, os papéis sociais admitidos pelo homem e pela mulher – firmados ao longo dos tempos permanecem sendo transmitidos de geração a geração, subtraindo os novos contornos sociais e familiares, assim como os papéis assumidos pelo homem e pela mulher (VIGOTSKY, 2003, p.72).

Meyer (2012, p.11) relata a relevância da realização de debates sobre a questão de gênero no cenário escolar, para se formar uma sociedade mais justa

[...] promover pesquisa na perspectiva de gênero possibilita não só discutir e repensar nossa inserção social como mulheres e homens e como profissionais da educação, mas pode contribuir efetivamente, para a construção de uma sociedade mais justa e mais igualitária não só ao que se refere ao gênero mas em todos os seus níveis e relações (MEYER *apud* LOURO, 2012, p.25).

Constata-se que a questão de gênero se encontra atrelada a construção social, cultural, psíquica e biológica que compõe o sujeito em sua individualidade; haja vista que, desde o momento intrauterina vão sendo constituídas perspectivas e a idealização dos estereótipos femininos e masculinos (WHITAKER, 1988, p.27).

Devido as questões de gêneros serem indissociáveis a existência humana, é importante que ela seja sim discutida dentro das escolas; pois em vista que, a escola é entendida como detentora do conhecimento, é de suma importância que debates atuais sejam levados para dentro deste ambiente e trabalhado da maneira mais acessível para todos, e assim sendo abordado de maneira científica e empática para que possa dar validade e abertura para os alunos, favorecendo assim um ambiente de discussões saudáveis.

Neste cenário, Pougy (2017, p.154) destaca que torna-se importante focar na pedagogia de gênero, em que a educação possibilite a capacitação de sujeitos

críticos e motivados para uma nova construção social, sendo esta, missão da família e da escola, visando a superação da concepção dualista que permita reconhecer uma lógica de oposição simples e binária, como ponto de partida que inclui a diversidade dos pólos, pressupondo a homogeneidade no interior dos pólos, o que vai ao encontro das posturas essencializadoras.

Esta mudança repercute na ampliação contextual dos gêneros, em que homem e mulher perpassam os limites biológicos, sendo vislumbrados por meio de uma visão holística do ser humano, considerando o aspecto cultural e social nos quais encontram-se inseridos, sendo suas variações intimamente relacionadas às sensações individuais (masculino ou feminino), referindo-se a uma experiência psíquica (SERRANO, 2018, p.08).

Diante disso, é importante compreender que os professores precisam, então, cada vez mais, ampliar e diversificar os seus conhecimentos, assim Tancredi (2009) afirma:

[...] os professores precisam, então, cada vez mais, ampliar e diversificar os seus conhecimentos para o ensino, transformando suas práticas em função dessa realidade e dos contextos de atuação, ajudando os estudantes a aproveitarem plenamente os benefícios que a escolarização pode proporcionar. Essa realidade torna a docência uma profissão complexa, a ser exercida por profissionais cada vez mais capacitados, que continuem a aprender pela vida afora, a fim de acompanhar o dinamismo dos contextos sócio-econômico-culturais (TANCREDI, 2009, p.14).

Por outro lado, a Carta Magna de 1988 juntamente com a legislação infraconstitucional garante a igualdade econômica, política e social, bem como o direito à não discriminação abalizado em sexo e raça; porém, a participação feminina na sociedade ainda não comprova equivalência de poder e de acesso aos bens comuns, como preceitua a legislação. Para uma boa atuação no mercado de trabalho, por exemplo, é ainda comum que se valorizem a racionalidade, a competitividade, a busca pelo sucesso, entendidas pelo senso comum como pertinentes ao universo masculino. Já os cuidados da casa e da família, como a valorização do amor, da compaixão, da submissão, da empatia, ainda são vistos muitas vezes como características essencialmente femininas (CADERNOS DO GEA, 2014, p.22).

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 2000, p.27), convencionou-se entender gênero como conjunto das representações sociais e culturais construídas a partir da diferença biológica dos sexos.

Assim, a construção dos gêneros e das sexualidades dá-se através de inúmeras aprendizagens e práticas, insinua-se nas mais distintas situações, é empreendida de modo explícito ou dissimulado por um conjunto inesgotável de instâncias sociais e culturais. É um processo minucioso, sutil, sempre inacabado.

Segundo Bourdieu (1998), pode-se entender que,

É por isso que foi preciso primeiro que o princípio de divisão sexuada (e não sexual), que constituía a oposição fundamental da razão mítica, deixasse de se aplicar a toda a ordem do mundo, tanto física quanto política, e portanto de definir, por exemplo, os fundamentos da cosmologia, como nos pensadores pré-socráticos: a constituição, em domínios separados, das práticas e dos discursos ligados ao sexo é inseparável, de fato, da dissociação progressiva entre a razão mítica, com suas analogias polissêmicas e vagas, e a razão lógica, que, nascida da discussão em um campo escolástico, vem pouco a pouco tomar a própria analogia como objeto (com Aristóteles, sobretudo) (BOURDIEU, 1998, p.123).

O autor enfatiza que a sexualidade é efetivamente uma invenção histórica, mas que se efetivou progressivamente à medida que se realizava o processo de diferenciação dos diferentes campos e de suas lógicas específicas

Deste modo, o debate assentado sobre as relações de gênero no ambiente escolar, visa primordialmente combater as relações autoritárias indicativas a condutas estabelecidas para homens e mulheres, que estão presentes nas brincadeiras e nas relações entre as crianças.

A discussão sobre relações de gênero tem como objetivo combater relações autoritárias, questionar a rigidez dos padrões de conduta estabelecidos para homens e mulheres e apontar para a sua transformação. A flexibilidade dos padrões visa permitir a expressão de potencialidades existentes em cada ser humano que são dificultadas pelos estereótipos de gênero (BRASIL, 2000, p.144).

Salutar se faz mencionar que, os parâmetros essenciais de comportamento sexual são constituídos por sua sociedade, elencando regras e normas, impondo limites nos comportamentos e atitudes individuais.

A partir de tais entendimentos, a problematização acerca da inexistência de debates sobre gênero na formação docente emerge como fator bastante preocupante, fazendo-se necessário oportunizar aos alunos como um todo refletir sobre como se dão as relações de poder entre masculino e feminino. Por outro lado,

os sujeitos também se identificam, social e historicamente, como masculinos ou femininos e assim constroem suas identidades de gênero (LOURO, 2011, p.67).

Desse modo, verifica-se um contínuo processo constitutivo de identidade do Curso de Língua Inglesa, apresentando alterações em seus aspectos formativos, envolvendo suas diretrizes voltadas para uma atuação mais ampla deste profissional abrangendo não apenas a sala de aula, e sim todos os seus espaços de atuação.

Em consonância com Santos (2017, p.21), verifica-se a significativa atenção voltada à diversidade sexual, que desperta o interesse de estudiosos de várias áreas do conhecimento, buscando o atendimento dessas novas demandas e necessidades.

Diante dessa assertiva, fica evidenciado significativo apego à temática da complexidade da sexualidade humana, enfatizando sua relevância e ligação com os sujeitos investigados.

O conceito de diversidade sexual, trata-se de um "termo utilizado para compreender as extensas possibilidades de relações e identificações sexuais que cada indivíduo possui" (SILVA, 2015, p.32).

Tal conceito utilizado para demonstrar que não existe apenas um único tipo de sexualidade, como é convencionalmente empregado pela sociedade heteronormativa, mas sim várias sexualidades e nelas infinitas possibilidades de apreciação.

A este respeito pode se dizer que a sexualidade é entendida como um conjunto de ações que resultam em prazer:

Sexualidade é entendida como um conjunto de ações que resultam em prazer, não necessariamente buscado no aparelho genital, como muitas vezes é considerado pelo senso comum. A negação da genitalidade como única forma de expressão da sexualidade aparece, então, como forma de afirmação de uma sexualidade pluridimensional porque é construída em diversos contextos (o biológico, o familiar e o social) (OLIVEIRA, 2012, p.107).

Sendo assim, ao longo do contexto histórico, são observadas práticas sexuais entre pessoas do mesmo sexo desde as sociedades primitivas, no entanto, somente tiveram registro no período da metade da terceira dinastia egípcia, correspondendo a 2500 antes de Cristo; sendo praticadas entre homens jovens e adultos e vislumbradas como subversão ao ocasionar algum transtorno para a hierarquia social existente naquele momento.

Com isso, a prática homossexual acompanha a humanidade ao longo dos tempos e foi repudiada devido a influências religiosas que apresentavam a ideia sacralizada de modelo familiar com finalidade apenas procriativa, passando a rejeitar vínculos afetivos centrados no envolvimento mútuo, concebendo a relação homossexual uma verdadeira transgressão à ordem natural da humanidade (VANRELL, 2008, p.54).

Refletir sobre as possibilidades e as impossibilidades que a cultura coloca para a sexualidade. É relevante refletir sobre os modos como se regulam, se normatizam e se vigiam os sujeitos de diferentes gêneros, raças e classes nas suas formas de experimentar prazeres e desejos; refletir sobre as práticas que tais sujeitos põem em ação para responder a esses desejos, as práticas que acionam para se constituírem como homens e mulheres.

No decorrer da história, de acordo com Miranda (2001, p.43), a prática homossexual foi comentada, acolhida e explicada de modos distintos, entretanto, a partir da tradição judaica, passou a ser vista como pecado; e a partir do século XIX, acrescentou-se a concepção médica de que se tratava de uma patologia fisiológica.

Essa rejeição também acontece nos dias atuais e está noticiada diariamente nas mídias sociais, seja por um pastor por meio de comentários em redes sociais ou por governantes que vinculam a homossexualidade com o desajuste familiar, por exemplo. A maioria desses discursos são fundamentados nos preceitos religiosos ou por achismos autorepressivos por não condizer segundo eles com a ordem “natural da vida”.

Ferraz (2014, p.32) pontua que, que no final do século XIX, a sexualidade passa a se estabelecer como aspecto essencial na composição do sujeito contemporâneo, valorizando-se discursos que adentram todas as esferas sociais, em distintas formas, secretas ou abertas, aceitas ou punidas

Neste sentido, sobre a relevância de abordar essa temática e decorre do movimento dessa comunidade para assegurar e resguardar legalmente o livre exercício de sua condição sexual, como também a igualdade de tratamento em questões tributárias previdenciárias e jurídicas já direcionadas ao público heterossexual.

Um marco visto como início do movimento LGBT ocorreu nos Estados Unidos em meados de 1969, por meio de um confronto entre policiais contra um grupo de gays, lésbicas, travestis e dragqueens, ficando conhecido Stonewall Riot (Rebelião

de Stonewall)), persistindo seis dias como resposta às ações repressivas da polícia, através de batidas e revistas abusivas em bares gays de Nova Iorque (SANTOS, 2005, p.43).

No Brasil a luta começou timidamente ainda na ditadura militar, na década de 1970. Primeiramente com periódicos abordando questões sociais e denunciando a violência contra pessoas LGBT, depois com um ato político que originou a comemoração do Dia do Orgulho Lésbico em São Paulo.

O termo usado enquanto patologia era homossexualismo, mas há 30 anos isso foi desacreditado e a homossexualidade deixa de ser tratada como doença e passa a ser entendida como mais uma orientação, assim como a heterossexualidade.

Além disso, Silva (2015, p.4) pontua que a condição sexual apresenta outras perspectivas, além da heterossexualidade e homossexualidade, existe a bissexualidade, que é o fato de uma pessoa sentir atração afetiva e sexual por ambos os sexos. Tais orientações devem apresentar um cunho pluralista, devido a multiplicidade de formas de expressão e representação.

A sexualidade em si é plural. No passado, essa pluralidade apenas não era aceita, muito menos discutida. Levando em conta apenas o que se acreditava ser “normal”, nesse caso, pessoas heterossexuais. Atualmente, depois de muita discussão, temos a orientação e a identidade que abre um leque de grupos dentro da comunidade LGBT.

Desse modo, em diálogo com Foucault (1996, p.65), explana-se como a sociedade vem lidando com o tema, haja vista que, na atualidade, o uso da sexualidade no contexto de controle social não é muito diferente do que era no passado. A religiosos e a políticos se apoiam nisso para continuar à frente de grupos sociais dominando-os. Seja com ideias que favoreçam ou prejudiquem a comunidade LGBT.

[...] ao longo da história, sabemos que houve períodos mais ou menos repressivos devido às questões políticas, sociais, mas especialmente religiosas. A interferência das sociedades no controle da sexualidade humana sempre foi motivo de polêmica no seio dessas mesmas sociedades, já que a repressão está intimamente ligada à transgressão (FOUCAULT, 1975 *apud* BENFATTI, 2013, p.24).

Ressalta-se, pois, que o movimento LGBT constitui um modelo de movimento social marcado por uma organização de determinado grupo visando protesto e

reivindicação por direito, mudança ou definir alguma decisão que seja favorável à comunidade.

Contudo, essa movimentação das pessoas em prol dos LGBT passou a ser conhecida como “movimento gay”, adaptando-se para o atendimento e acolhimento das pessoas que se identificam com o movimento, teve como propósito a união das pessoas em prol de um bem comum (ALVES, 2019, p.18).

Esse bem comum começa nos Estados Unidos com um protesto para combater a agressão policial contra pessoas LGBT. No Brasil, começou através de publicações que eram divulgadas em bares que serviram como base para a organização do movimento, assim anos depois ganharam visibilidade e começaram as lutas por direitos, tais quais: despatologização da homossexualidade, cirurgias de redesignação sexual realizadas pelo Sistema Único de Saúde (SUS), o direito de adoção para casais homoafetivos, alteração de nome e gênero no registro civil nos cartórios e a garantia do uso do nome social e reconhecimento da identidade de gênero são alguns dos direitos conquistados pela luta do movimento.

Em concordância com Ávila (2012, p.11), nesse contexto, torna-se essencial o entendimento da sigla LGBT, lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros, isto é, aqueles cuja identidade de gênero não se alinha ao sexo que foi designado no nascimento.

Ou seja, uma pessoa nasce do gênero masculino e transiciona para o gênero feminino, e vice-versa. Vale lembrar da orientação e da identidade, pessoas trans não são necessariamente gays, pessoas trans podem ser hétero, gay ou bi. Isso vai de acordo com o gênero redesignado e o gênero que elas sem envolvem afetivamente e sexualmente.

Outra denominação utilizada mais completa é “LGBTQIA+”, onde L: lésbicas, G: gays, B: bissexuais, T: travestis, transexuais e transgêneros, Q: queer, I: intersex, A: assexuais e o “+”, incluindo-se pessoas que não encontram representação em nenhuma das outras sete letras (FACCHINI, 2005, p.34).

A sigla em si, hoje, tem mais de 30 letras, o que torna quase impossível o uso da mesma por completo. Mas apesar de algumas letras não estarem a mostra, a sigla carrega o peso da inclusão que cada indivíduo representa.

Todavia, observam-se certos desacordos voltados ao início do movimento LGBT, destacando a sua relevância como oportunizador de uma vida melhor fundamentada em um processo histórico de luta e resistência por defender direitos

iniciou no continente europeu, em fins do século passado, buscando a não criminalização da homossexualidade e a luta pelo reconhecimento dos seus direitos civis (FERRARI, 2003, p.33).

Cada pessoa representada na sigla sofre preconceitos de maneiras diversas e tem necessidades específicas, o movimento existe para garantir os direitos de cada um de acordo com cada particularidade. Por exemplo, Lei Maria da Penha para mulheres LGBTQIA+ tem grande importância pelo fato do Brasil ser o país que mais mata pessoas trans no mundo.

Almeida (2018, p.36), evidencia no que diz respeito aos avanços teóricos sobre a comunidade LGBT no século XXI foram compreendidos como direitos humanos a igualdade de gênero e a livre identidade de gênero e de orientação sexual e no cenário brasileiro, em fins de 1970 surgiram os primeiros registros literários do até então chamado movimento homossexual, concentrando-se em São Paulo e Rio de Janeiro.

Sob essa temática em estudos literários um exemplo de autor com importância que “assumiu” a homossexualidade durante o período da ditadura e se inspirava na própria vida para escrever suas obras foi Caio Fernando Abreu (1948/1996), que abordava temas como sexo, solidão, medo e morte em suas obras.

É mostrado por Câmara (2002, p.64) que na década seguinte, o movimento LGBT toma um caráter pragmático em relação as questões de atuação direcionadas a luta contra a violência, discriminação e conquista de garantias no âmbito dos direitos civis, em meio a um cenário marcadamente preconceituoso advindo da relação decorrente da problemática da AIDS e a comunidade homossexual.

Observa-se a constituição do movimento homossexual no Brasil em meados dessa década e, posteriormente, a desfiliação e independência do movimento lésbico almejando maior visibilidade em decorrência da proximidade com o movimento feminista; sendo que, o movimento de travestis surge no início dos anos 1990, resultando na adesão aos encontros brasileiros de lésbicas e gays, com a fundação da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (ABGLT), adotando-se em seguida a sigla GLT e, anos mais tarde, GLBT. Apenas em 2008, houve a deliberação para o uso da sigla LGBT, oferecendo maior visibilidade às lésbicas (FONSECA, 2020, p.34).

Acrescenta-se ainda que, foi ainda em 1990 que a homossexualidade foi excluída da relação de classificação de doenças pela OMS e, somente em 2018 a transexualidade também foi removida da lista de transtornos mentais.

No entanto, vale pontuar que, a realidade vislumbrada mostra a homofobia como prática recorrente na sociedade de modo cada vez mais visível, mas sempre maquiada, seja de piada “inocente” ou seja por “falta” de informação. Assim,

[...] na contramão das expectativas de crescente tolerância e liberdade sexual, a homofobia persiste entre nós, sobretudo na forma velada e menos espetacular da humilhação e da segregação cotidianas, que ocorrem em contextos de proximidade, na família, na escola, entre vizinhos e conhecidos. Pode-se dizer, sem medo de errar, que sofrer algum tipo de insinuação, ofensa verbal ou de ameaça de agressão física faz parte da experiência social de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais no Brasil (SIMÕES, 2009, p.26).

Desse modo, desde seu surgimento, evidencia-se o nível de conquistas alcançado proporcionado a essa comunidade, antes invisíveis, moralmente depreciadas desvalorizadas socialmente; por esse fato, emerge a relevância de representantes no contexto político que se responsabilizam em discutir pautas LGBT.

A diversidade sexual é o “termo utilizado para compreender as extensas possibilidades de relações e identificações sexuais que cada indivíduo possui” (SILVA, 2015, p.2); sendo que, inexistente apenas um único tipo de sexualidade, como é convencionalmente adotado pela sociedade heteronormativa, mas sim várias sexualidades e nelas infinitas probabilidades de análise.

Em sua célebre frase, a teórica feminista Beauvoir (1970) argumentou que “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher” (p. 9). De outra forma, mas sob a mesma interpretação, também é correto afirmar que “não se nasce homem”, mas “torna-se homem” mediante os processos sociais e culturais exercidos por meio das relações de gênero. Considerando essas reflexões é possível identificar que somos, enquanto sujeitos sociais, resultado de todo um processo de subjetivação que contribui significativamente para nossa formação, nossos comportamentos e escolhas, incluindo opções profissionais.

3 IDENTIDADE E GÊNERO NOS PCN DE LÍNGUA INGLESA

O presente capítulo traz uma abordagem acerca de concepções de identidade e gênero fundamentada nos Parâmetros Curriculares Nacionais, especialmente voltados para o ensino de Língua Inglesa.

Em conformidade com Ferreira (2018, p.181), conceber as identidades de gênero, de raça e de sexualidade torna-se salutar na colaboração para a construção de uma sociedade humanizada, possibilitando a desconstrução da visão de normalidade quanto a identidade masculina, branca, heterossexual, em contrapartida das demais identidades vistas como "anormal", emergindo a diversidade de modalidade de ser e viver, transgredindo a linha limítrofe estabelecida e legalmente convencionada.

Compreende-se que política pública se configura como um conjunto de medidas a serem consolidadas, com objetivos concretos de intervenção sobre a realidade, e também um trabalho de análise e reconstrução dos objetivos da ação pública.

Diante disso, Ferraz (2014, p.45) esclarece que, nos debates envolvendo identidade, a educação em línguas estrangeiras repercute devido seu papel essencial desencadeando aprofundamentos que favoreçam o entendimento epistemológico da forma como essa construção identitária se efetivam, enfocando genealogias, objetivos e interpretações por parte do corpo docente e discente.

Destaca-se, nesse cenário, o papel dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), documento norteador da educação no Brasil que pontua sobre o termo gênero,

O conceito de gênero diz respeito ao conjunto das representações sociais e culturais construídas a partir da diferença biológica dos sexos. Enquanto o sexo diz respeito ao atributo anatômico, no conceito de gênero tomasse o desenvolvimento das noções de "masculino" e "feminino" como construção social (BRASIL, 2001, p.321).

Com isso, entre tantas marcas, ao longo dos séculos, a maioria das sociedades vem estabelecendo a divisão masculino/ feminino como uma divisão primordial. Uma divisão usualmente compreendida como primeira, originária ou essencial e, quase sempre relacionada ao corpo.

De acordo com o entendimento de Souza (2013, p.48), comumente os temas relacionados ao sexo e à sexualidade são circunscritos à disciplina de Biologia, o que revela uma precariedade na educação no tocante a abordagem da temática na perspectiva da transversalidade como propõe os Parâmetros Curriculares Nacionais.

Vislumbra-se, pois, que, ao investigar a sexualidade e educação Mello explana que, o cenário escolar corresponde a um local de construção identitária, onde,

[...] Consideramos a escola um espaço profundamente significativo para a construção das subjetividades em nossa sociedade. Em segundo lugar, entendemos a sexualidade como uma construção social constitutiva da experiência humana, que em nossa sociedade é elemento-chave para a formação das subjetividades. Desse modo, devido à importância dos processos educacionais na construção das subjetividades, a escola deve estar preparada também para orientar os alunos a viverem em um mundo plural, onde práticas e desejos sexuais diferentes sejam possíveis e igualmente respeitados (MELLO *et al*, 2012, p.104).

Ademais, evidencia-se a complexidade dessa tarefa, em decorrência do quadro histórico de binarismos e de universalização em detrimento de pluralização de sentidos e de compreensão social; atrelando-se a esse fato no cenário brasileiro, a escola não focaliza a sexualidade enquanto um discurso controlado, vigiado e punido.

Nas orientações didáticas apresentadas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais, observa-se:

Outro ponto a se considerado para as intervenções do professor nas situações de manifestação de sexualidade de seus alunos em sala de aula é o referente aos valores e a ela associados. O professor não deve emitir juízo de valor sobre essas atitudes, e sim contextualizá-los. O mesmo vale para as respostas que oferece às 11 perguntas feitas por seus alunos. Por exemplo, se o professor disser que uma relação sexual é a que acontece entre um homem e uma mulher após o casamento para se ter filhos, estar transmitindo seus valores pessoais (sexo somente após o casamento com o objetivo de procriação). É necessário que o professor possa reconhecer os valores que regem seus próprios comportamentos e orientam sua visão de mundo, assim como reconhecer a legitimidade de valores e comportamentos diversos dos seus. Sua postura deve ser pluralista e democrática, o que cria condições mais favoráveis para o esclarecimento e a informação sem a improvisação de valores particulares (BRASIL, 2001, p.153).

De acordo com tal entendimento, a presença ativa do professor diante de questões relativas a sexualidade do corpo discente, tornando-se essencial na promoção de práticas inclusivas que busque primar pelo respeito a diversidade dentro e fora da sala de aula.

No contexto educacional, de acordo Junqueira a escola surge como local permeado de contextos homofóbicos, onde constata-se que,

Em distintos graus, na escola podemos encontrar homofobia no livro didático, nas concepções de currículo, nos conteúdos heterocêntricos, nas relações pedagógicas normalizadas. Ela aparece na hora da chamada (o furor em torno do número 24, por exemplo; mas sobretudo, na recusa de se chamar a estudante travesti pelo seu nome social), nas brincadeiras e nas “piadas inofensivas” e até usadas como “instrumento didático”. Está nos bilhetinhos, carteiras, quadras, paredes dos banheiros, e na dificuldade de ter acesso ao banheiro. Afloram nas salas dos professores/professoras, nos conselhos de classe e nas reuniões de mestres. Motiva brigas no intervalo e no final das aulas. Está nas rotinas de ameaças, intimidação, chacotas, moléstias, humilhações, tormentas, degradação, marginalização, exclusão, etc. (JUNQUEIRA, 2009, p. 212).

A concepção do gênero como uma forma de desconstruir relações de dominação entre homens e mulheres, superação da desqualificação de um em favor do outro e da quebra da integração possível entre o masculino e o feminino. A perspectiva favorável seria inverter a tendência observada nos Parâmetros Curriculares Nacionais, e começar, neste momento em que a concepção de gênero está mais disseminada (embora ainda incompreendida), para este debate iniciar. Assumindo esta direção, seria possível recuperar a condução a ser dada no processo de desconstrução das hierarquias de gênero.

O cenário atual disponibiliza documentos legais embasando a implantação de outra língua distinta da materna, como apontado nos Parâmetros Curriculares Nacionais, objetivando a ampliação e aprofundamento de discussão educacional envolvendo a sociedade como um todo, desencadeando a modificação positiva no sistema educativo brasileiro,

[...] a aprendizagem de Língua Estrangeira é uma possibilidade de aumentar a autopercepção do aluno como ser humano e como cidadão. Por esse motivo, ela deve centrar-se no engajamento discursivo do aprendiz, ou seja, em sua capacidade de se engajar e engajar outros no discurso de modo a poder agir no mundo social (BRASIL, 1998, p.15).

Mediante tais assertivas, a identidade apresenta caráter plural, múltiplo, mutável e transitório, onde a formação dos sujeitos encontra-se interligada à percepção de pertencimento a distintos grupos étnicos, sexuais, de classe, de gênero, etc.; sendo que, a sexualidade abrange linguagens, representações, símbolos e convenções, compondo-se e definindo-se por meio de relações sociais e “moldadas pelas redes de poder de uma sociedade” (LOURO, 2011, p.6).

De acordo com Butler (2010, p.18), conceitua-se a expressão gênero como um conjunto de repetições dentro de uma rigorosa estrutura reguladora, visando demonstrar uma classe natural de ser, em que a unidade do gênero representa prática regulatória padronizando a identidade do gênero imposta pela heterossexualidade; constituindo uma construção social, processual.

A homofobia é um fenômeno largamente presente no ambiente escolar brasileiro. Muitas e muitos adolescentes e jovens relatam ter sido marginalizadas/os por educadores/as ou colegas devido à sua sexualidade. Pesquisas recentes revelam que é bastante alta a expressão de ideias e de imagens homofóbicas, bem como atitudes de intolerância para com a homossexualidade entre estudantes no ambiente escolar, notadamente entre os rapazes. Perante tais evidências, a contenção à discriminação, do respeito às diferenças e da valorização das diversidades na escola.

Observa-se, no entanto, que tais temáticas voltadas a gênero e sexualidade ainda persistem como tabus, ocasionando por vezes tensões e conflitos na relação interpessoal envolvendo alunos, professores e gestores; onde os alunos são os maiores prejudicados, principalmente se assumem a sua sexualidade publicamente; exigindo deles lidar com a discriminação e homofobia, e por essa razão, optam por dissimular ou encobrir experiências (FERREIRA, 2018, p.212).

Averigua-se, com isso, a necessidade de implementação de um projeto educativo, designado como Projeto Educativo Emancipatório, suprimindo as desigualdades de gênero, classe, raça, etnia, entre outros, socialmente constituídas, visando a promoção da emancipação dos sujeitos no ambiente educacional, especialmente, os sujeitos reconhecidamente da comunidade LGBTQI+.

Vale ressaltar que, foi implementada pelo Ministério da Saúde (2004) a campanha “Brasil sem Homofobia”, fundamentando-se na produção de conhecimento para auxiliar a elaboração, implantação e avaliação de políticas públicas direcionadas para o combate à violência e à discriminação devido a opção sexual, além do incentivo a cursos de qualificação para docentes na área da sexualidade. Por sua vez, os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998, p.31) recomendam o enfoque do tema transversal “orientação sexual”, apesar da inexistência de um projeto de intervenção como também de uma formação voltada aos professores.

Neste cenário, constitui, pois, uma tarefa complexa intervir de modo inclusivo diante da multiplicidade de identidades de gênero e diversidade sexual, devido ao estigma implantado em nossa sociedade, onde os alunos chegam à escola constituídas pelas bases morais familiares tradicionalistas, legitimadas ou relativizadas pelos educadores, desconstruindo ou afirmando atitudes preconceituosas; fazendo com que as práticas pedagógicas e curriculares, apresentem-se munido de caráter polêmico e desconfortável no contexto escolar brasileiro; sendo a referida temática tratada superficialmente e modo estereotipado (PEREIRA, 2021, p.297).

Diante desse panorama, os conhecimentos de mundo e de ordenação textual devem ser utilizados para uma efetiva construção social por meio da língua inglesa, desenvolvendo a partir de então a consciência crítica para o uso da linguagem no mundo social, refletindo valores, crenças e projetos políticos.

Destaca-se que, os conhecimentos constituídos baseados na interação entre um aluno e professor, nominado por Vygotsky (2003, p.59) de Zona de Desenvolvimento Proximal, implica no processo interativo entre sujeitos, busca o desenvolvimento de competências e habilidades comunicativas, a ampliação cultural, a compreensão das diferentes formas de comunicação e da variedade e adequação lingüísticas.

Em conformidade com Miskolci (2017, p.5), deve-se fortalecer a implementação de um currículo que se caracterize pela compreensão das práticas pedagógicas embasadas no reconhecimento, afirmação e respeito das diferenças em meio à diversidade humana, com o intuito de alcançar de forma integral todos os alunos, sem distinção.

Segundo afirma os Parâmetros Curriculares Nacionais, concebe-se a língua estrangeira como importante ferramenta colaborativa para o processo inclusivo e desenvolvimento da cidadania na escola; compreendendo o caráter múltiplo do ser cidadão, abrangendo temas centrais voltados para a cidadania, consciência crítica em relação à linguagem e os aspectos sociopolíticos da aprendizagem de Língua Estrangeira, além de temas transversais direcionados à ética, pluralidade Cultural, meio Ambiente, saúde e orientação sexual, articulando-se entre si favorecendo a aprendizagem de línguas como espaço para se compreender, na escola, as várias maneiras de se viver a experiência humana (BRASIL, 1998, p.22).

Do mesmo modo, Lopes (1996, p.130) esclarece que, “considerar o ensino de Inglês no Brasil como um recurso para a comunicação oral parece negar qualquer relevância social para a sua aprendizagem”; oportunizando situações exploratórias de visões e desenvolvimento multicultural crítico do aluno e do professor.

A isso equivale dizer que, grosso modo, nem mesmo naquilo que corresponde à percepção ou à leitura de gênero - segundo a natureza ou a biologia dos corpos - pode haver determinações absolutas: quanto ao que taxativamente confira as masculinidades ou as feminilidades dos sujeitos. Assim, a despeito do sexo biológico e do conjunto de características sexuais secundárias e/ou atávicas, haverá sempre muitas e variadas exceções quanto ao que se espera do ser homem e do ser mulher, bem como à conformação biopsíquica e social das suas identidades de gênero (PEREIRA, 2021, p.304).

Por conseguinte, de acordo com entendimento do referido autor, levando em consideração que a língua inglesa configura como a mais utilizada em todos os contextos comunicativos por ser importante instrumento de capacitação, onde os sujeitos que dominam tal conhecimento tem maior acessibilidade a bens materiais, culturais e simbólicos, verificando-se que, por ser praticada em distintos e múltiplos cenários, a língua inglesa contribui positivamente para a transformação de seus sujeitos potencialmente mais críticos, facilitando o acesso mais amplo a tipos e ambientes diversos de informação, conhecimento e tecnologia.

Torna-se, por isso, indispensável a politização da igualdade de gênero nos cotidianos escolares: não apenas na sala de aula, como também na sala das/os professoras/es, nas reuniões pedagógicas e de planejamento, junto à comunidade, nos treinamentos e formações e em todas as demais situações inerentes ao trabalho pedagógico e escolar.

Considerando-se os estudos de gênero e da sexualidade pelo viés discursivo ou dos estudos da linguagem, há uma estreita relação entre a educação e os estudos da linguagem com a homofobia da sociedade brasileira. Ademais, a escola brasileira não dá ênfase à sexualidade, tema que foi se tornando discurso controlado, vigiado e punido (FOUCAULT, 2005, p.44).

4 METODOLOGIA

A metodologia consiste no modo como se desenvolve o trabalho de pesquisa, ou seja, a forma como foi feito o controle da investigação, tendo em vista os fins a serem atingidos. Para Minayo (2007, p.16), a metodologia é concebida como um caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade.

A metodologia adotada caracteriza-se como de natureza qualitativa, onde, de acordo com Gil (2014, p.53), esse tipo de pesquisa dá ênfase a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou então, procura estabelecer relações entre variáveis.

A abordagem metodológica utilizada discorreu acerca de pesquisa bibliográfica que, segundo Gil (2014, p.43) é desenvolvida a partir de materiais elaborados por livros, revistas, publicações avulsas e impressão escrita, tendo como finalidade colocar o pesquisador em contato com aquilo que já foi elaborado sobre determinado assunto, permitindo aperfeiçoar o conhecimento, desenvolver e organizar ideias novas acerca de determinada área epistemológica.

Dentre os inúmeros procedimentos metodológicos, considerou-se o mais apropriado, tendo em vista a importância e amplitude do tema, a pesquisa exploratória. A escolha teve como principal fator, a disposição do material sobre o assunto.

Na coleta de dados foram utilizadas como fonte para a revisão de literatura, publicações científicas que atingiram os objetivos propostos no estudo, que estão nas bases de dados Scientific Electronic Library Online (SCIELO) e Google acadêmico, além de livros da área, utilizando-se como palavras-chaves os termos: diversidade sexual, ensino de língua inglesa e desafios, na língua portuguesa e inglesa.

Os critérios de inclusão foram os artigos nacionais, publicados que discutam sobre a temática, levando assim ao alcance dos objetivos do trabalho e com data de publicação correspondendo aos últimos dez anos.

Na realização da análise dos dados foi apresentada de forma descritiva, reunindo o conhecimento produzido sobre o assunto investigado na presente revisão bibliográfica, enfocando os desafios da prática docente de língua inglesa frente a diversidade sexual observada em nossa sociedade.

5 PRÁTICA DOCENTE DE LÍNGUA INGLESA

Sabe-se que, o papel da atuação docente no contexto escolar passa então a ter um papel de menor destaque em sala de aula, porém não menos relevante: o de mediador do conhecimento. Ele deve levar em conta que seus alunos já entram na sala na sala de aula com conhecimentos prévios adquiridos na sua experiência e vivência num mundo tecnológico. O professor ciente disso, deve aproveitar estes conhecimentos para a construção daqueles que o aluno não teve contato ainda e, de maneira objetiva e funcional, mostrar ao aluno um novo mundo de informações (BARROS JÚNIOR, 2020, p.20).

Nesse contexto, estudos centrados na prática pedagógica, na formação do professor e na relação destas com os saberes docentes, demonstram uma crescente preocupação com a necessidade da formação pedagógica, situando-a como ferramenta que coloca o futuro professor na relação direta com o conhecimento especializado da profissão docente.

Com isso, concebe-se que, a prática pedagógica dos professores de inglês, concebida através de políticas educacionais pelo Estado, que demonstra, por ser a figura representativa do povo, a importância que a sociedade vê na educação formal. Tardif (2000, p.211) baseia-se no pressuposto de que a prática docente não se resume a um espaço de aplicação de saberes, mas compreende que essa prática é, também, um palco de produção de saberes relativos ao ofício profissional.

Nesse contexto, algumas pesquisas, centradas na prática pedagógica, na formação do professor e na relação destas com os saberes docentes, demonstram uma crescente preocupação com a necessidade da formação pedagógica, situando-a como ferramenta que coloca o futuro professor na relação direta com o conhecimento especializado da profissão docente.

Tardif (2000, p.257) baseia-se no pressuposto de que a prática docente não se resume a um espaço de aplicação de saberes, mas compreende que essa prática é, também, um palco de produção de saberes relativos ao ofício profissional. Assim, Tardif propõe que o trabalho dos professores de profissão seja considerado como um espaço prático e específico de produção, de transformação e de mobilização de saberes e, portanto, de teorias, de conhecimentos e de saber-fazeres específicos ao ofício de professor.

O papel da atuação docente no contexto escolar passa então a ter um papel de menor destaque em sala de aula, porém não menos relevante: o de mediador do conhecimento. Ele deve levar em conta que seus alunos já entram na sala de aula com conhecimentos prévios adquiridos na sua experiência e vivência num mundo tecnológico. O professor ciente disso, deve aproveitar estes conhecimentos para a construção daqueles que o aluno não teve contato ainda e, de maneira objetiva e funcional, mostrar ao aluno um novo mundo de informações (BARROS JÚNIOR, 2020, p.68).

Nessa perspectiva focalizamos a formação e a prática pedagógica dos professores de inglês no ensino superior, concebida através de políticas educacionais pelo Estado, que demonstra, por ser a figura representativa do povo, a importância que a sociedade vê na educação formal.

4.1 Identidade, Gênero e Inclusão

Constata-se que a sala de aula encontra-se cada vez mais marcada pela presença de pessoas diferentes, exigindo-se uma observância nos discursos utilizados, que podem ocasionar Bullying e um desconforto, a exclusão e até mesmo a violência resultando em sofrimento para os sujeitos inseridos nesse processo.

Para Pereira (2021, p.299), a língua e a linguagem não tem caráter neutro e suas práticas discursivas abrangem opções ideológicas e políticas permeadas por relações e disputas de poder, desencadeando implicações no mundo social, torna-se essencial uma reflexão acerca das formas de ensino aplicadas à língua; como também analisar os modos como a linguagem passa a ser usada em sala de aula, nas diferentes situações de aprendizagem, incluindo ainda os materiais didáticos.

Para Sene (2017, p.62), as aulas de língua inglesa constituem importante mecanismo de conscientização sobre os direitos do cidadão, favorecendo a desconstrução de prioridades de determinadas identidades em detrimento das demais.

Enquanto isso, conforme visão de Paulino (2018, p.11) afirma-se que debater sobre sexualidade no meio escolar, muitas vezes, acarreta conflitos entre os sujeitos envolvidos; sendo que, hierarquicamente, os alunos encontram-se em posição menos favorecida tendo que lidar com situações discriminatórias decorrente de diversas instâncias do processo educacional.

Assim, o espaço escolar representa o principal e mais difícil para expressar sua homossexualidade (ou bissexualidade), oferecendo reduzidos locais para que estes alunos se manifestem; sendo que, “[...] o sistema escolar e a escola raramente levam em consideração os valores, os sentimentos, as percepções, as atitudes e qualquer outra categoria de conduta associada à subjetividade humana” (BRUN, 2003, p.107).

Neste contexto, Louro (2013, p.13) especifica que é essencial que se firme a percepção da igualdade de gênero nos mais diversificados espaços escolares: desde a sala de aula, envolvendo sala de professores, bem como reuniões pedagógicas e de planejamento, junto à comunidade, nos treinamentos e formações e demais ocasiões intrínsecos ao trabalho pedagógico e escolar.

Para a concepção defendida por Siqueira (2008, p.62), o professor deve coordenar este trabalho pedagógico reflexivamente para todos os envolvidos, afastando-se do “estado de silêncio” ou de “ignorância confortável”, ministrando conteúdos com sentido prático na vida social.

Por sua vez, Mello *et al.* (2012, p.39) declara que, nos espaços formais de aprendizagem, como locais de manifestação de diversidade, notadamente caracterizados pelo silenciamento diante de assuntos pertinentes à diversidade, ao combate à homofobia e à legitimação de direitos para o público LGBT. Logo, ~~o ambiente escolar é concebido socialmente como um espaço significativo para a construção das subjetividades e a sexualidade como uma construção social constitutiva da experiência humana, indispensável para a formação das subjetividades.~~

A escola, como qualquer outra organização, também pode promover violências, ou se omitir diante delas, comprometendo a trajetória escolar e profissional, colocando em risco, por vezes e até para sempre, a vida daquelas cujas orientações sexuais fogem à norma. A escola muitas vezes se silencia frente às várias práticas de bullying homofóbico, as quais podem causar danos físicos, morais e psicológicos (SOUZA, 2013, p. 40).

O silenciamento decorrente da ausência de processos educativos voltados a questões sobre gênero e sexualidade acabam por disseminar práticas homofóbicas, em que, crianças que não se encaixam no perfil imposto têm que enfrentar a pedagogia do insulto, “[...] constituída de piadas, brincadeiras, jogos, apelidos, insinuações, expressões desqualificantes. Tais brincadeiras são poderosos

mecanismos de silenciamento e de dominação simbólica” (JUNQUEIRA, 2009, p.214).

A sala de aula corresponde ao espaço ideal para reflexões e construção de saberes sobre identidades, culturas, valores, crenças, raças, etnias, religiões, preconceitos e violências, entre outros; sendo que sua omissão pode constituir uma forma de violência, haja vista que alunos LGBT tendem a ser humilhados e desrespeitados, provocando desmotivação e até a evasão escolar, como descreve estudo de Paulino (2018, p.12). No contexto de ensino-aprendizagem de língua inglesa, o aluno LGBT evita se expor com frequência, participa timidamente das atividades de interação, responde às perguntas de maneira curta e rápida, em tom baixo, ou, simplesmente, silencia.

Diante disso, a língua inglesa deve figurar como um instrumento de criação e desenvolvimento da cidadania, onde o professor pode incluir em suas práticas a diversidade, o diálogo, a esperança e a paz, sensibilizando para o melhor desenvolvimento de consciência intercultural e crítica nos alunos.

Com isso, o conhecimento acadêmico funciona como importante ferramenta de emancipação social, valorizando a função libertadora da educação vinculando-se ciência e o ser, coexistindo com ele e para ele (SANTOS, 2004, p.23).

Mediante esse contexto pluralista, emerge a teoria *Queer* como alternativa no combate às práticas discriminatórias em sala de aula de língua inglesa, repercutindo como uma abordagem desconstrutiva de imposições situadas contra o binarismo da sexualidade e gênero.

Sobre *Queer*, Louro (2018, p.07), conceitua e esclarece seu uso

Queer é tudo isso: é estranho, raro, esquisito. Queer é, também, o sujeito da sexualidade desviante- homossexuais, bissexuais, transexuais, travestis, drags. É o excêntrico que não deseja ser integrado e muito menos tolerado. Queer é um jeito de pensar e de ser que não aspira ao centro e nem o quer como referências; um jeito de pensar que desafia as normas regulatórias da sociedade, que assume o desconforto da ambiguidade, do entre lugares, do indecível. Queer é um corpo estranho que incomoda perturba, provoca e fascina.

Conforme a assertiva supracitada, a concepção inovadora de teoria queer abrange ideologias diversificadas, almejando a efetivação de garantias, liberdade e respeitabilidade, desencadeando, por vezes, o estranhamento e a repulsa daqueles que se enquadram no perfil dito dentro da normalidade. Seu surgimento se deu no

final da década de 1980, nos Estados Unidos, disseminando-se por meio de pesquisadores e ativistas (COLLING, 2018, p.22).

Diante de conjecturas curriculares e práticas docentes comprometidas com a afirmação das diferentes sexualidades e identidades de gênero, nas aulas de inglês se favorece o diálogo com a diversidade: reconhecendo-a e valorizando-a, em condições de igualdade.

Diante desse binarismo hetero/homossexual, Jagose (1996, p.3) traz a seguinte concepção acerca da terminologia *queer* relacionando-a genericamente a atitudes incoerentes:

[...] Resistindo a este modelo de estabilidade – que reivindica a sua origem na heterossexualidade, quando é na realidade o resultado desta – o queer centra-se nas descoincidências entre sexo, gênero e desejo. [...] Quer seja uma performance travesti ou uma desconstrução teórica, o queer localiza e explora as incoerências destas três concepções que estabilizam a heterossexualidade. Demonstrando a impossibilidade de qualquer sexualidade “natural”, coloca em questão até mesmo categorias aparentemente não problemáticas como as de “homem” e “mulher”.

Um ensino de língua inglesa embasado na linha de raciocínio da teoria *queer* disponibiliza suporte aos diferentes e às diferenças, empoderando àqueles que viviam à margem da sociedade e do processo educativo.

Desse modo, a escola deve ser um lugar de recriar a vida social, de compreender a necessidade de não separar cognição e corpo, de se livrar de discursos binários aprisionadores, de se questionar e de se preocupar com a justiça social e ética.

Por outro lado, Lopes (2013, p.287) abordam momentos *queer na sala de aula* como uma possibilidade de redefinição de posicionamentos interacionais, promovendo entendimento sobre gênero e sexualidade, além de desconstruções das percepções heteronormativos. Assim, a consequência é a compreensão das identidades em performance, em interação, em negociação e em confronto. É por meio da língua que pessoas fazem discursos políticos, sociais e culturais, e é, também, por meio dela que elas expressam suas emoções.

Sendo assim, acrescenta-se que a Teoria *Queer* se torna uma aliada na educação para tratar dos problemas causados por visões normalizadoras da sexualidade, oferecendo uma alternativa de compreensão dos desafios desestabilizadores das práticas sociais vividas, dos discursos sobre sexualidade que

os alunos fazem circular em sala de aula e dos discursos dos professores que não legitimam tópicos sobre sexualidade.

Com isso, as discussões sobre os desafios diários enfrentados pelos sujeitos LGBT faz-se necessário, Conforme Bourdieu (1998, p.31), a educação formal aprofunda e legitima a marginalização dos grupos culturais periféricos, enquanto privilegia sujeitos que já dispõem dos capitais que lhes assegurarão a manutenção de posições sociais privilegiadas.

Em outras palavras, um ensino de língua inglesa sintonizado com a perspectiva *queer* é um ensino que oferece suporte aos diferentes e às diferenças. Numa sala de aula são sinônimo de empoderamento para aqueles que se percebem à margem e invisibilizados do processo educativo.

Schön (1992, p.65) enfatiza que deve haver momentos de discussão coletiva no cotidiano do trabalho docente em que os erros e os acertos possam ser compartilhados, numa perspectiva crítico-reflexiva, possibilitando o exercício da reflexão sobre a ação e sobre a reflexão na ação.

Por um lado, quando os professores possuem uma formação que lhes garanta a reflexão sobre as suas práticas, este exercício os torna autônomos, proporcionando qualidade e autonomia em sua atuação. Por outro lado, quando não se efetiva no trabalho docente, a prática torna-se ineficaz e meramente reprodutiva.

Nessa perspectiva, Perrenoud (2002, p.68) afirma que:

[...] A forma de agir e de estar no mundo não pode mudar sem transformações advindas de suas atitudes, de suas representações, de seus saberes, de suas competências e de seus esquemas de pensamento e de ação. Essas são as condições necessárias para uma transformação duradoura das práticas. Portanto, na realidade, a análise das práticas visa a uma transformação livremente assumida dos profissionais, ainda que nem sempre ela seja explícita.

Vale ressaltar que a língua inglesa emerge como instrumento relevante na constituição de significado de práticas sociais, desestruturando a constituição do binarismo no cerne educacional, favorecendo a formação de uma sociedade humanizada e igualitária.

No processo de ensino da língua inglesa, o papel do professor é de extrema importância, pois ele deve apresentar a matéria de forma contextualizada, interessante e significativa. O papel da intervenção pedagógica é impulsionar o desenvolvimento do aluno e tem papel essencial na constituição do ser psicológico

adulto, dos indivíduos que vivem em sociedades escolarizadas (BARROS JÚNIOR, 2020, p.4).

No que se refere à prática pedagógica utilizada no ensino de inglês, podemos observar algumas críticas ao modelo tradicional ainda aplicado. Em contrapartida, nota-se o surgimento de novos parâmetros para a ação do profissional da educação de um modo geral, fincados na concepção da prática docente como uma prática social. Dessa forma, têm-se os papéis do professor, saindo de uma denominação simplesmente técnica, àquele responsável pela transmissão de conhecimento, para uma noção de que esse deve se tornar um observador e pesquisador do seu próprio trabalho, sensível à especificidade e complexidade da prática pedagógica.

Para Paulo Freire (2002, p.32), a relação professor aluno atravessa as paredes do campo escolar, vai às ruas, aos bairros, as casas e chega a sociedade. Assim, o professor enquanto uma representação para o aluno, forma indivíduos acima de tudo para atuarem como cidadãos plenos na sociedade. Desta maneira, profissionais da educação devem mostrar que a oferecer muito mais do que as notas escolares tiradas em testes e provas de um sistema que engessado que não desenvolve em nenhum aspecto seres humanizados.

Logo, segundo Perrenoud (2002, p.31), o professor, e em especial o de Língua Inglesa, que desenvolve uma prática crítica e reflexiva propondo a reabilitação da razão prática, a aprendizagem por meio da experiência, a utilização da intuição e da reflexão na ação e sobre a ação, sem querer passar receitas, pois só o professor para conhecer melhor o seu contexto, seus alunos e alunas, seus coordenadores, suas ferramentas de trabalho – busca-se formar, se informar, se equipar, tanto com questões teóricas sobre educação, pedagogia, ensino, quanto com conhecimentos da e sobre a língua e a cultura que ensina, afim de potencializar sua ação prática.

Em estudo realizado por Piaulino (2018, p.11) os dados revelaram que os docentes em sua totalidade já enfrentaram situações homofóbicas no cenário escolar, onde os desafios consistiram em medo de represália e a falta de formação e/ou qualificação para tratar a temática com os discentes.

Nesse sentido, Nóvoa (1995, p.65) explica que cada professor constrói maneiras próprias de ser e de ensinar, entrecruzando o pessoal e profissional. Assim, os estudos procuram compreender os espaços – tempos educacionais, as práticas pedagógicas e as epistemologias que as fundamentam.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o que foi exposto, por meio da realização deste estudo, confirmou-se a hipótese de que o ensino de língua inglesa sintonizado com a perspectiva da diversidade sexual oferece suporte diante às diferenças, empoderando os indivíduos ditos ‘invisíveis’ no contexto do processo educativo; sendo que, o questionamento proposto inicialmente, abrangendo os desafios docentes frente à diversidade sexual e o ensino de língua inglesa, relacionando-se entre eles: a necessidade da formação pedagógica continuada; vislumbrar as aulas de língua inglesa como mecanismo de conscientização sobre os direitos do cidadão, favorecendo a desconstrução identitária; envolver toda a comunidade escolar na percepção da igualdade de gênero; desenvolver um trabalho pedagógico afastando-se do “estado de silêncio” ou de “ignorância confortável”, ministrando conteúdos com sentido prático na vida social; entender a prática docente como uma prática social, em que o professor assuma o papel observador e pesquisador do seu próprio trabalho, sensível à especificidade e complexidade da prática pedagógica.

Neste prisma, constatou-se que a revisão bibliográfica sobre o tema constituiu importante ferramenta favorecendo uma maior compreensão da complexidade que envolve a questão referente aos desafios docentes frente à diversidade sexual e o ensino de Língua Inglesa.

Desse modo, o professor de Língua Inglesa deve pautar sua prática pedagógica no cenário educacional marcadamente caracterizado pela diversidade sexual promovendo momentos de reflexão sobre valores, crenças e preconceitos, priorizando o respeito diante das diferenças culturais, raciais, religiosas e sexuais.

A diversidade de orientação sexual e de identidades de gênero não pode e nem deve ser determinada biologicamente como estabelece os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), pois esta classificação favorece a discriminação e ignora o caráter fluído do desejo humano. Entretanto, em nossa sociedade, o direito de existência e expressão das diferentes possibilidades da sexualidade não é plenamente respeitado, nem aceito.

Constatou-se que a ausência de políticas públicas e educacionais voltadas à comunidade LGBT podem desencadeiam o crescimento acelerado de práticas discriminatórias. Que o conhecimento da, a teoria *Queer* se utilizada em sala de aula de língua inglesa poderia propiciar uma melhor adaptação do público LGBTQI+ em

sala de aula, oportunizando um ambiente mais humanizado e igualitário independentemente da orientação sexual.

Outrossim, ressalta-se a necessidade de ampliação de estudos voltados aos desafios da prática pedagógica contemporânea que envolvem um novo olhar para a sala de aula, servindo como fundamento a equipe educacional envolvida no processo de ensino e aprendizagem da língua inglesa.

É necessário, explorar mais e divulgar, com trabalhos mais sistemáticos junto às escolas, o que implica efetivamente, o gênero como uma categoria analítica, favorecendo a identificação de situações onde as relações de gênero, estabelecidas assimetricamente estão operando e a partir daí, colaborar para desconstruir os mecanismos que estabelecem a hierarquia, o desrespeito ao outro. Entretanto, esta ação implica em apresentar alternativas, o que dificulta escapar de propostas que enquadrem ações em “novos modelos”, mas se, realizadas com flexibilidade e criatividade pode vir a surpreender o próprio gestor ou consultor que do seu gabinete não acredita que alguns profissionais da ponta, podem realmente participar, se convencido da importância de sua interferência.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alex Santos. **A experiência da população LGBT no mercado de trabalho de Palmas – TO**. Monografia(Graduação em Administração) – Universidade Federal do Tocantins.Palmas (TO), 2018.

ALVES, Mateus Felipe.**Olhares cruzados: o Pink Money e o Movimento LGBT**. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Comunicação Social) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2019. 70p.

AUAD, Daniela. **Educar Meninas e Meninos: Relações de Gênero na Escola**. São Paulo: Contexto, 2011, p. 07 – 95.

ÁVILA, Simone. Transexualidade e movimento transgênero na perspectiva da diáspora queer. **V Congresso da Associação Brasileira de Estudos da Homocultura – ABEH**, Natal, RN, 2012.

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo, Fatos e Mitos**. 4. Ed. [Tradução de Sérgio Milliet]. Difusão Européia do Livro, 1970.

BENFATTI, F. A. R. **Pornografia e criticidade: as faces de Henry Miller em Tropic of Cancer e Tropic of Capricorn sob o viés autobiográfico**. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2013.

BORTOLETTO, Guilherme Engelman. **LGBTQIA+:Identidade e alteridade na comunidade**. Trabalho de conclusão de curso (Especialista em Gestão de Produção Cultural) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação**. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

BRASIL. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil Sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental.**Parâmetros curriculares nacionais terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Brasília, DF:MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Câmara de Educação Básica. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Brasília: Ministério da Educação, 2000.

BRASIL. MEC/CNE. **Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo**. Parecer CNE/CEB nº 36/2001, aprovado em 4 de dezembro de 2001.

BRUN, Millena. Dificuldades na aprendizagem de línguas e meios de intervenção. **Sitientibus**. Feira de Santana: UEFS, 2003. p.105-117.

BUTLER, J. **Problemas de Gênero**: Feminismo e Subversão da Identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CADERNOS DO GEA, Rio de Janeiro, n.6, jul./dez., 2014.

CÂMARA, Cristina. **Cidadania e orientação sexual**: a trajetória do grupo Triângulo Rosa. Academia Avançada, 2002.

COLLING, Leandro. **Gênero e sexualidade na atualidade**. Salvador: EdUFBA, 2018.

FACCHINI, Regina. **Sopa de Letrinhas**: movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FERRARI, Anderson. Revisando o passado e construindo o presente: o movimento gay como espaço educativo. Universidade Federal de Juiz de Fora. **Revista Brasileira de Educação**. 2003.

FERRAZ, Daniel. Sexualidade e Educação de Língua Inglesa: homossexualidade e homofobia em questão. **VII Congresso Internacional de estudos sobre a Diversidade Sexual e de Gênero da Associação Brasileira de estudos da Homocultura**. Universidade Federal do Espírito Santo, 7-9 maio.2014.

FERREIRA, Aparecida de Jesus; SENE, Rosana Aparecida Ribeiro. O que as pesquisas recentes revelam acerca das identidades de gênero, de raça e de sexualidade nas aulas de língua inglesa. **Polifonia**, Cuiabá-MT, v.25, n.37.2, p.171-334, jan.-abril.2018.

FONSECA, Felipe; SANT'ANNA, Mara Rúbia. **A memória LGBT na produção audiovisual brasileira**. Artigo (Graduação em Moda) – Universidade do Estado de Santa Catarina, 2020.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade**, vol.01. Rio de Janeiro, RJ: Graal, 2005.

FOUCAULT, Michael. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FURLANI, Jirmena. **Educação sexual na sala de aula**: relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2014.

JAGOSE, Annamarie. **Queer Theory**: An Introduction. New York: New York University Press, 1996.

JUNQUEIRA, R. D. Currículo heteronormativo e cotidiano escolar homofóbico. *In: Espaço do currículo*, v. 2, n.2, pp 208-230, 2009.

LOPES, Luiz Paulo da Moita; FABRÍCIO, Branca F. Desestabilizações *queer* na sala de aula: “táticas de guerrilha” e a compreensão da natureza performativa dos gêneros e das sexualidades. *In: PINTO, Joana.; FABRÍCIO, Branca F. (Org.).*

Exclusão social e

microrresistências: a centralidade das práticas discursivo-identitárias. Goiânia: Cânone Editorial, 2013. P. 283-301.

LOPES, Luiz Paulo da Moita. A função da aprendizagem de línguas estrangeiras na escola pública. *In: Oficina de Linguística aplicada*. Campinas, SP: Mercado de Letras. 1996. pp. 127-189.

LOURO, G. **Gênero, Sexualidade e Educação:** Uma perspectiva pós-estruturalista. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo estranho.** Ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado pedagogias da sexualidade.** Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

_____. Currículo, Gênero e Sexualidade: o “normal”, o “diferente” e o “excêntrico”. *In: LOURO, G. L; FELIPE, J.; GOELLNER, S. V. (Orgs.). Corpo, Gênero e Sexualidade:* um Debate Contemporâneo na Educação. 9. Ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

MELLO, F.; *et al.* Para além de um kit anti-homofobia: políticas públicas de educação para a população GLBT no Brasil. **Revista Bagoás**. UFRN, v.6, n.7, jan./jun. 2012.

MEYER, Dagmar Elisabeth Estermann. et al. **Saúde, Sexualidade e Gênero na educação de jovens.** Porto Alegre: Mediação, 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento.** São Paulo: Hucitec, 2007.

MIRANDA, S. de A. **Amor entre mulheres:** um estudo sócioantropológico das relações afetivas entre pessoas do sexo feminino. Monografia de Graduação, Universidade de Fortaleza, Fortaleza. Recuperado em, v. 11, 2001.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer:** um aprendizado pelas diferenças. São Paulo: Autêntica, 2017.

MOREIRA, Antonio Flávio; CANDAU, Vera Maria (Orgs.). **Multiculturalismo:** diferenças culturais e práticas pedagógicas. Petrópolis: Vozes, 2010, p. 125-148.

NÓVOA. A. **Profissão professor.** Porto: Porto Editora, 1995.

OLIVEIRA, Dora Lúcia. Sexo e saúde na escola: isso não é coisa de médico?. *In*: MEYER, Dagmar Elisabeth Estermann. et al. **Saúde, Sexualidade e Gênero na educação de jovens**. Porto Alegre: Mediação, 2012.

PAULINO, Suzana Ferreira; FERREIRA, Wilma Maria. Desafios Docentes no combate à Discriminação e pela Humanização na sala de aula de inglês. **Anais do 16º Congresso Internacional de Tecnologia na Educação Brasil**, Recife, Setembro de 2018.

PEREIRA, Francisco Victor Macêdo; CAVALCANTE, José Henrique de Almeida. Identidades de gênero, diversidade sexual e enfrentamento à lgbtfobia nas aulas de língua inglesa. **Revista Interinstitucional Artes de Educar**. Rio de Janeiro, v.7, n.1, p.293-314, jan/abril, 2021.

PERRENOUD, Phillipe. **A prática reflexiva no ofício de professor**. Porto Alegre: Ed. Artmed, 2002.

POUGY, L. G. Pedagogia de gênero e o feminismo em perspectiva: implicações à cidadania brasileira. **Revista Educação e Emancipação**, São Luís, v. 10, n. 4, ed. especial, p. 142-165, set./dez. 2017.

SANTOS, Jailson Batista dos. **Os desafios da permanência de estudantes LGBT na universidade**: uma perspectiva da diversidade sexual no curso de Pedagogia – Educação do Campo. João Pessoa: UFPB, 2017. 78f.

SANTOS, B. de S. (Org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente**: Um discurso sobre as ciências revisitado. São Paulo: Cortez, 2004.

SANTOS, Ana Cristina. **A lei do desejo**. São Paulo: Edições Afrontamento, 2005.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, 20 (2), 71-99, 1995.

SENE, Rosana Aparecida Ribeiro de. **Identidade de raça, de gênero e de sexualidade nas aulas de língua inglesa na visão dos/as estudantes**. Dissertação (Mestrado em Linguagem, Identidade e Subjetividade) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2017. 200f.

SERRANO-BARQUÍN, C., SERRANO-BARQUÍN, H., ZARZA-DELGADO, P., VELEZ-BAUTISTA, G. Estereótipos de gênero que fomentam a violência simbólica: nudez e cabelos. **Revista Estudos Feministas**, 26(3), 1-14, 2018.

SILVA, Albertina Costa; BALBINO, Elizete Santos. **Diversidade Sexual No Contexto Escolar**: da concepção à formação docente. 2015. Disponível em: <<http://megaslides.org/doc/362732/diversidade-sexual-no-contexto-escolar---seer>> Acesso em 18 de mar 2021.

SILVA, Ana Lúcia Gomes; SILVA, Jerônimo Jorge Cavalcante; AMAR, Victor, (orgs.). **Interseccionalidades em pauta**: gênero, raça, sexualidade e classe social. – Salvador : EDUFBA, 2020. 497 p.

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. **Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT**. São Paulo, SP: Fundação Perseu Abramo, 2009.

SIQUEIRA, Domingos Sávio Pimentel. **Inglês como língua internacional: por uma pedagogia intercultural crítica**. Tese (Doutorado em Línguas) – Universidade Federal da Bahia, 2008.

SOUZA, Janice Aparecida de. **Estratégias de escolarização de homossexuais com sucesso acadêmico**. Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUBD9BWHB3/e/estrategias_de_escolarizacao_de_homossexuais__com_sucesso_academico.pdf?sequence=1> Acesso em: 20 set.2021.

TANCREDI, R. P. **Aprendizagem da docência e profissionalização: elementos de uma reflexão**. São Carlos: EdUFSCar, 2009.

TARDIF, M.; RAYMOND, D. Saberes, tempo e aprendizagem do trabalho no magistério. **Educação e Sociedade**. Campinas, SP, n.73, p. 209-244, dez. 2000.

VANRELL, Jorge Paukete. **Sexologia forense**. 2.ed. Leme: JH Mizuno, 2008.

VYGOTSKY. L.S. **Formação social da mente**. Martins Fontes. São Paulo. 2003.

WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta. **Mulher & Homem: o mito da desigualdade**. São Paulo: Editora Moderna, 1988.